

Prospecto Definitivo
da 1ª Distribuição de Cotas Seniores da 1ª série do “BMG Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios – Créditos Consignados V”

no montante de até

R\$ 207.500.000,00

Cedente dos Direitos Creditórios



Classificação de Risco – Moody’s: AAA.BR

Oferta de cotas deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 2 de maio de 2006.
O Fundo e a distribuição de suas cotas foram registrados na CVM em 26 de maio de 2005, sob o nº [...].

Emissão de até 8.300 (oito mil e trezentas cotas) Cotas Seniores escriturais (“Cotas”) da 1ª série do “BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS V” (“Fundo”), com valor inicial de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada cota. Serão emitidas também para subscrição privada 1.700 Cotas Subordinadas, totalizando o montante de R\$ 250.000.000,00. As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas estão dispostos no regulamento consolidado do Fundo (“Regulamento”), que integra este prospecto como o Anexo I.

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231 - 11º andar - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 02.201.501/0001.61.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 56 A 67”

Somente investidores qualificados, conforme definidos no Regulamento podem adquirir cotas do Fundo.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Instituição Intermediária
MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS

Instituição Administradora
MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS

Agência Classificadora de Risco
MOODY’S

Assessoria Legal
LEVY & SALOMÃO ADVOGADOS

Custodiante
BANCO ITAÚ S.A.

Auditoria
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Gestor
INTEGRAL-CAPITÂNIA

A data deste Prospecto Definitivo é 1º de junho de 2006

AVISOS - ANBID

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da instituição administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

Glossário	03
Identificação da Instituição Administradora, da Instituição Intermediária, de Consultores e Auditores	16
Sumário dos Termos e Condições do Fundo	18
Procedimento de Distribuição	23
Informações sobre Coleta de Intenções e Recebimento de Reservas	23
Início e Encerramento da Distribuição	23
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores	23
Características Gerais do Fundo	26
Fluxograma da Securitização	26
Objeto	27
Público Alvo	27
Forma de Constituição	28
Prazo de Duração	28
Amortização	29
Objetivo de Investimento	31
Política de Investimento	32
Carteira do Fundo	32
Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo	32
Reserva de Liquidez	33
Requisitos de Diversificação	33
Demais Informações sobre a Política de Investimento	34
Direitos Creditórios	36
Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios	36
Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de	37

Pagamento	
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	42
Características dos Direitos Creditórios	43
Política de Concessão de Crédito a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG	46
Cobrança dos Direitos Creditórios	47
Características dos Direitos Creditórios	48
Política de Concessão de Crédito a Servidores Públicos pelo Banco BMG	48
Cobrança dos Direitos Creditórios	49
Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado	51
Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco BMG	52
Fatores de Risco	55
Riscos de Mercado	56
Riscos de Crédito	56
Riscos de Liquidez	58
Riscos Específicos	60
Riscos Operacionais	60
Riscos de Descontinuidade	63
Riscos da Originadora	64
Outros Riscos	65
Gerenciamento de Riscos	67
Cotas do Fundo	68
Características Gerais	68
Primeira Emissão	69
Novas Emissões	70
Classes de Cotas	70
Razão Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores	71
Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo	73
Amortização das Cotas	74

Amortização das Cotas Seniores	74
Amortização das Cotas Subordinadas	75
Amortização Compulsória	76
Reserva de Pagamento	78
Índice de Liquidez	80
Regras de Movimentação	82
Taxas	83
Prestadores de Serviços	84
Instituição Administradora	84
Gestor	91
Custodiante e Escriturador de Cotas	92
Fiel Depositário e Agente de Cobrança	93
Distribuidores	94
Auditor	94
Agência Classificadora de Risco	95
Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse	96
Sumário dos Contratos Relevantes	97
Contrato de Custódia	97
Contrato de Cessão	101
Contrato de Distribuição	108
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe	112
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	112
Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe	113
Assembléia Geral	114
Competência	114
Procedimento de Convocação	114
Nomeação de Representante dos Condôminos	115

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações	116
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral	117
Liquidação do Fundo	118
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo	118
Procedimentos de Liquidação Antecipada	124
Informações Complementares	128
Despesas e Encargos do Fundo	128
Reserva de Despesas e Encargos	129
Direitos Creditórios Inadimplentes, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança	130
Ordem de Aplicação dos Recursos	131
Informações Obrigatórias e Periódicas	133
Correio Eletrônico	136
Publicações	137
Base Legal relativa aos FIDCs	138
Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas	139
Atendimento ao Cotista	141
Informações Relativas ao Banco BMG	142
Histórico	142
Grupo BMG	142
Negócios do Banco BMG	143
Anexos	
Anexo I – Regulamento Consolidado do Fundo	
Anexo II – Informações sobre a Classificação de Risco do Fundo	
Anexo III – Relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco BMG	
Anexo IV – Minuta do Contrato de Cessão de Créditos	

Anexo V – Demonstrações Financeiras do Banco BMG Relativas a
31 de Dezembro de 2005

GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste prospecto:

Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda., ou quem vier a lhe suceder
Agente de Cobrança	Agente cobrador dos direitos creditórios do Fundo; o Banco BMG foi contratado para executar esta função
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em direitos creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em direitos creditórios estabelecida no item 9.2 do Regulamento
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Aposentados e Pensionistas	Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, devedores do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Banco BMG
Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Banco BMG na hipótese de desenquadramento da

	Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, na forma do Anexo VI do Regulamento
Banco BMG	Instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74, Cedente dos direitos creditórios ao Fundo e contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança
Cedente	Cedente dos Créditos ao Fundo, que será exclusivamente o Banco BMG
CMN	Conselho Monetário Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil
Contrato de Cessão	Contrato de Cessão de Créditos, a ser celebrado entre o Banco BMG e o Fundo, com a interveniência do Custodiante, conforme a minuta constante do Anexo IV deste prospecto.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no

	Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes Relacionadas ao Cedente.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento
Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembleia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembleia geral
Créditos	Direitos creditórios oriundos de contratos

	de empréstimo celebrados pelo Cedente com (i) titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, pagos por meio de desconto em benefício, ou (ii) Servidores Públicos dos Entes Federativos ou Forças Armadas que tenham celebrado convênio com o BMG, pagos por meio de desconto em folha de pagamento
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo de determinada série
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores de cada série, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês
Datas de Amortização de Cotas	Datas das amortizações programadas das

Subordinadas	Cotas Subordinadas, sempre no dia 20 (vinte) de cada mês
Data de Verificação	Data de apuração obrigatória dos limites de concentração e demais índices do Fundo, sempre no último dia útil de cada mês.
Devedores	Devedores dos empréstimos cujos direitos creditórios serão adquiridos pelo Fundo, titulares de benefícios de aposentadoria ou pensão ou servidores públicos
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata
Consignantes	i) Entes Federativos: (a) Prefeituras das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Manaus, Campinas, Guarulhos, Ribeirão Preto e Duque de Caxias; (b) Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Goiás, Amazonas, Paraíba e Pernambuco; (c) União; (ii) Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica; e (iii) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 24.2 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de direitos creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação

	deve ser considerado como um Evento de Liquidação
Eventos de Liquidação	Aqueles definidos no item 24.3 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de direitos creditórios
Fator Multiplicador	Percentual equivalente a 108% (cento e oito por cento), aplicado sobre as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia.
Fundo	BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados V
Gestor	Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários LTDA., com sede na Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86, ou quem vier a lhe suceder.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Instituição Administradora	Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson 231 11º - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 02.201.501/0001.61, ou quem vier a lhe suceder

Instituição Intermediária	Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson 231 11º - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 02.201.501/0001.61, ou quem vier a lhe suceder
Instituições Autorizadas	(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco do Brasil S.A., (viii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (ix) Banco ABN Amro Real S.A., (x) Banco ItaúBBA S.A. (xi) Caixa Econômica Federal S.A., ou (xii) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência de Classificação de Risco e pelos titulares da maioria das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral
Investidores Autorizados	Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", de acordo com os artigos 91, inciso II, da Instrução CVM nº 409/04.
Novas Emissões	Novas emissões de cotas do Fundo
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou

	indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica
Primeira Emissão	Primeira emissão de Cotas do Fundo
Prospecto	Prospecto da Primeira Emissão
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 120,5% (cento e vinte e meio por cento)
Regulamento	Regulamento do Fundo, registrado no 5º cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 4 de maio de 2006, conforme posteriormente alterado
Reserva de Liquidez	Soma, equivalente a no mínimo 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento
Servidores Públicos	Todas as pessoas que mantêm relação de trabalho com a Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, e devedores do Fundo em decorrência de

contratos de empréstimo celebrados com o Banco BMG

Suplemento

Documento que contém as características de uma nova Série de Cotas Seniores que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR, DE
CONSULTORES E AUDITORES**

Instituição Administradora

Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Avenida Presidente Wilson 231 11º - Centro
Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3974-4535
Fax: (21) 3974-4501

Instituição Intermediária

Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Avenida Presidente Wilson 231 11º - Centro
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3974-4535
Fax: (21) 3974-4535

Gestor

Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários LTDA.
Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62,
São Paulo – SP
Telefone: (11) 6853-8800
Fax: (11) 3811-9921

Consultores Legais

Levy & Salomão Advogados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar
São Paulo - SP
Telefone: (11) 3365-5050
Fax: (11) 3365-5048

Auditores Contratados

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3067-3000
Fax: (11) 3079-3752

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do “BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados V”, bem como as principais condições da oferta das Cotas do Fundo. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

Emissor das Cotas	BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco BMG S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74.
Forma de Constituição	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.
Prazo de Duração do Fundo e da 1ª Série	O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos, a contar da primeira Data de Subscrição Inicial. A 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo terá prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses. O prazo final de cada série será automaticamente estendido até a data de vencimento do direito creditório com maior prazo de vencimento integrante da carteira do Fundo, na data de encerramento do prazo de duração da Série, observado o disposto no item 24.8 e seguintes do Regulamento, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral de cotistas ou, no caso de não haver cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. Cada série do Fundo terá a duração especificada no respectivo Suplemento de cada série,

observado o prazo de duração do Fundo.

Quantidade Total de Cotas da 1ª Série	Serão emitidas até 8.300 (oito mil e trezentas) Cotas Seniores da 1ª Série, observada a Razão Mínima.
Valor Inicial Unitário das Cotas	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, independentemente da classe, na Data de Subscrição Inicial.
Valor Total Inicial da 1ª Série	Não há limite mínimo para colocação das Cotas Seniores da 1ª Série.
Prazo para Encerramento da Distribuição das Cotas Seniores da Primeira Emissão	180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º, incisos I a VIII, da Instrução 356/01.
Classes de Cotas	As cotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas. Todas as cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 21 do Regulamento. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas

respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento.

Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 120,5% (cento e vinte e cinco décimos por cento) (“Razão Mínima”).

Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento: (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, indicada no respectivo Suplemento da Série e calculada conforme o Anexo VIII do Regulamento, no respectivo período; e (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas. A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, consta do Anexo VIII do Regulamento. A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Remuneração Alvo da 1ª. Série de Cotas Seniores

108% (cento e oito por cento) da variação percentual acumulada das taxas médias diárias do DI

Amortizações

A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, contado desde o mês

em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª. Série serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 17.1 do Regulamento. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas. Se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores do Fundo, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, nos termos previstos nos itens 17.1 e 17.1.1 do Regulamento; e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados. A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores. Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos.

Resgate

As cotas do Fundo somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Procedimento da Distribuição Pública

A distribuição das cotas do Fundo será pública, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados. As cotas do Fundo serão colocadas pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.. As Cotas Subordinadas não são objeto de distribuição pública e serão destinadas exclusivamente ao Banco BMG.

Mercado onde as Cotas Seniores serão negociadas	As Cotas Seniores serão negociadas na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e no Bovespafix.
Valor Mínimo de Aplicação	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Destinação dos Recursos	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das cotas do Fundo serão destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados e Pensionistas ou Servidores Públicos, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em benefícios do INSS ou folha de pagamento.
Classificação de Risco das Cotas Seniores	AAA.br, da Moody's
Publicações	As publicações a cargo do Fundo serão realizadas no jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Instituição Administradora	Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Instituição Intermediária	As cotas do Fundo serão colocadas por Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor	KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.
Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda., ou quem vier a lhe suceder

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Informações sobre Coleta de Intenções e Recebimento de Reservas

Não haverá procedimento de coleta de intenções e procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Cotas Seniores, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; e (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo. O início da distribuição das Cotas Seniores está previsto para 1º de junho de 2006.

A distribuição das Cotas Seniores será encerrada em 24 de novembro de 2006, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo.

Frise-se que a Instituição Intermediária poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Banco BMG em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Banco BMG, aos Créditos e aos procedimentos de cobrança de tais Créditos.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores do Fundo devem contatar a Instituição Administradora ou a Instituição Intermediária, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Intermediária; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições

contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Cotas Seniores somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente indicada pelo Fundo ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As Cotas Seniores poderão ser negociadas na CETIP – Câmara de Liquidação e Custódia ou BovespaFix, cabendo à Instituição Intermediária assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das cotas, e à Instituição Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento.

A totalidade das Cotas Seniores será colocada publicamente pela Instituição Intermediária sob o regime de melhores esforços, de modo que a Instituição Intermediária não estará obrigada, por qualquer forma, a subscrevê-las.

Ressalte-se que as Cotas Seniores eventualmente não subscritas serão canceladas pela Instituição Administradora. Será, portanto, permitida a distribuição parcial das Cotas Seniores do Fundo.

Informamos, ademais, que os custos envolvidos na distribuição pública das Cotas Seniores são os seguintes:

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissão de Colocação – Cotas sob Regime de Melhores Esforços*	-	-
Despesas de registro**	82.870,00	0,03%
Outros Custos***	510.500,00	0,20%

Total	293.370	0,23%
-------	---------	-------

(**) 0,64% do total da emissão, limitado a R\$82.870,00 por registro.

(***) Incluindo assessores legais, auditores e agência classificadora de risco.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

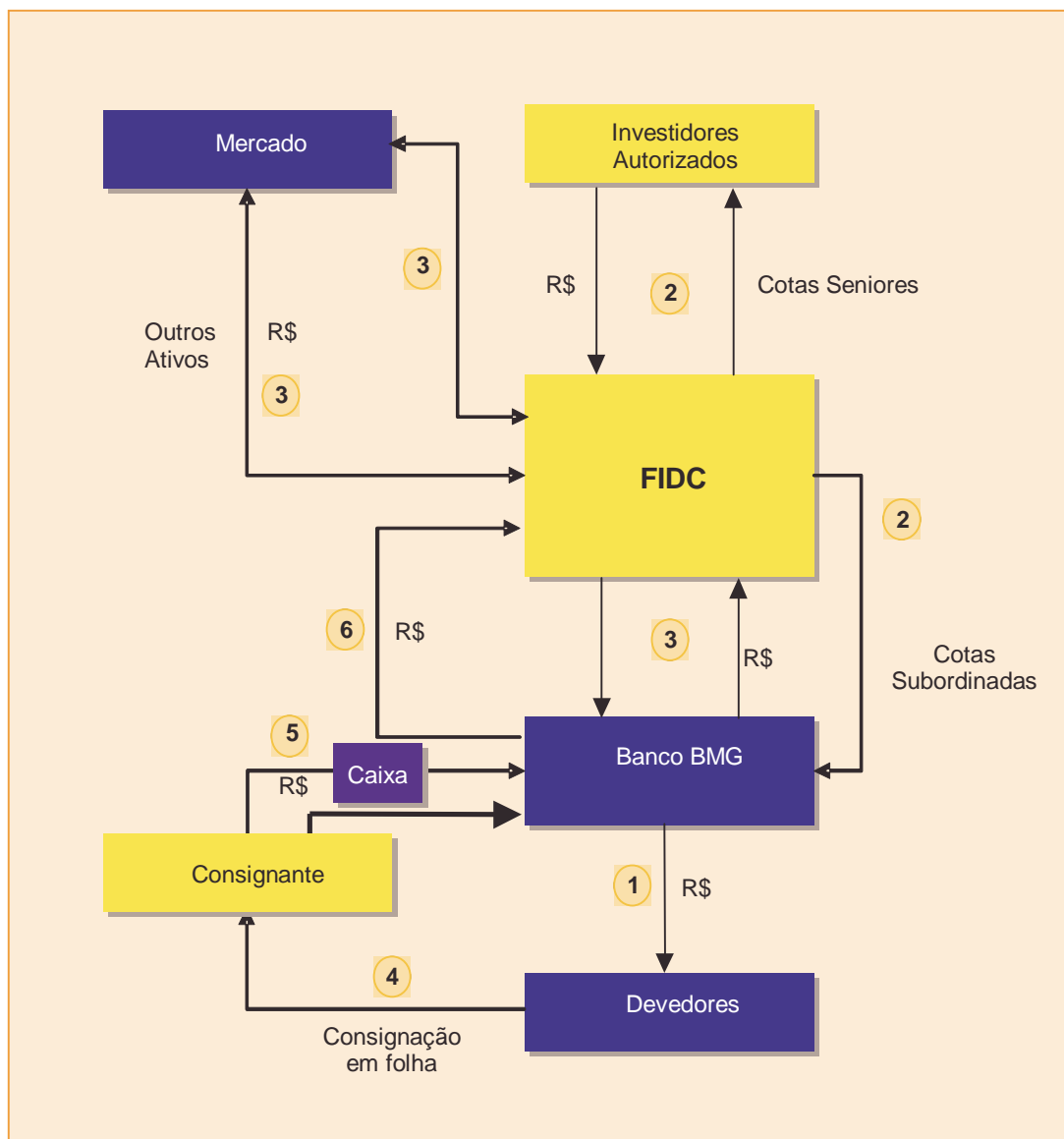
Nº DE COTAS SENIORES	CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)	CUSTO POR COTA SENIOR (R\$)	% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO
8.300	293.370,00	35,35	0,14%

Ressalte-se que a Instituição Intermediária foi contratada para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores por meio de um contrato de distribuição, celebrado com o Fundo e com o Banco BMG. Mais informações sobre o referido contrato encontram-se na Seção “Sumário dos Contratos Relevantes” – “Contrato de Distribuição”. Cópia do contrato de distribuição encontra-se disponível para consulta ou cópia na sede da Instituição Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores encontram-se do Capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse” deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Fluxograma da Securitização



1. O Banco BMG concede empréstimos a Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, constituindo Créditos.
2. O Fundo capta recursos por meio da emissão e subsequente integralização de suas cotas. As Cotas Seniores são destinadas exclusivamente a Investidores Autorizados, sendo colocadas pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.. As Cotas Subordinadas são destinadas exclusivamente ao Banco BMG.

3. O Fundo adquire Créditos e outros ativos utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima.
4. Os Consignantes descontam dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas ou da folha de pagamento dos Servidores Públicos, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período.
5. Em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, os valores descontados são repassados à Caixa Econômica Federal, que os transfere ao Banco BMG, atuando este último na qualidade de Agente de Cobrança.
6. O Banco BMG repassa ao Fundo os valores decorrentes dos Créditos de titularidade do Fundo.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, cujo pagamento é efetuado por meio de desconto da renda mensal dos benefícios do INSS ou em folha de pagamento.

Público Alvo

Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as cotas do Fundo. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Autorizados aqueles assim definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, que considera como investidores qualificados:

- i) instituições financeiras;
- ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;

- iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Autorizados os fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", conforme previsto no artigo 112, § 5º, da Instrução CVM nº 409/04.

O Fundo visa atingir Investidores Autorizados, quer seja pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas do Fundo, bem como prazo de maturação de investimento. O investimento em Cotas Seniores do Fundo é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

Prazo de Duração

O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos, a contar da Data de Subscrição Inicial. O prazo final de cada série será **automaticamente estendido** até a data de vencimento do direito creditório com maior prazo de vencimento integrante da carteira do Fundo na data de encerramento do prazo de duração da Série, observado o disposto no item 24.8 e seguintes deste Regulamento, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral de cotistas ou, no caso de não haver cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. Cada série do Fundo terá a duração especificada no respectivo Suplemento de cada série, observado o prazo de duração do Fundo.

Amortizações

A partir do 25º mês, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª. Série serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no item 17.1 do Regulamento.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas.

Se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores do Fundo, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, nos termos previstos nos itens 17.1 e 17.1.1 do Regulamento; e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

A amortização das Cotas Subordinadas quando ocorrer, será de acordo com a fórmula especificada no item 17.2 do Regulamento.

A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 1 dia útil após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos do Banco BMG a Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em folha de benefícios do INSS ou em folha de pagamento.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador, equivalente a 108% (cento e oito por cento). Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Carteira do Fundo

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em direitos creditórios, os quais são originários dos segmentos de empréstimos a (i) titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social do INSS, através de desconto em folha de benefícios ou a (ii) Servidores Públicos ligados a Entes Federativos ou às Forças Armadas que possuam convênios celebrados com o Banco BMG, através de desconto em folha de pagamento.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em direitos creditórios (“Alocação Mínima”).

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os critérios de elegibilidade especificados na cláusula 10 do Regulamento.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido nos seguintes títulos e ativos, desde que pós-fixados:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- iv) certificados e recibos de depósito bancário de emissão das Instituições Autorizadas;
e

- v) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (i) e (ii) acima, e cujos respectivos administradores sejam instituições necessariamente ligadas às Instituições Autorizadas.

Nos períodos que antecederem a cada amortização de cotas programada, sempre que possível, o Fundo deverá manter aplicados, em ativos de maior liquidez, recursos suficientes para saldar as obrigações relativas a tais amortizações, na forma descrita no item 18 do Regulamento.

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% de seu patrimônio líquido (“Reserva de Liquidez”). Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

As Disponibilidades abrangem: (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.

Requisitos de Diversificação

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos abaixo.

O total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de uma mesma pessoa física não pode exceder:

- i) 10% do patrimônio líquido do Fundo; ou
- ii) 20% do patrimônio líquido do Fundo, em se tratando do total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades

por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo não pode realizar aplicações em direitos creditórios da Instituição Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os direitos creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item 9.6.1 do Regulamento, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e conforme orientação do Gestor, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger as posições detidas à vista, até o limite destas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “com garantia” e/ou (b) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”, desde que comunicada à Agência de Classificação de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Administradora deverá disponibilizar a Agência de Classificação de Risco, cópia dos contratos das operações de swap realizadas pelo Fundo.

Para efeito das operações com derivativos, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao Fundo realizar operações de day trade ou realizar operação de renda variável ou ainda em mercados de derivativos.

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora e/ou Partes Relacionadas a ela atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 13 do Regulamento. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios

Com o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contratadas com instituições financeiras, pagadoras ou não dos benefícios.

O desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas, previsto no artigo 6º da Lei nº 10.820/03, é regulamentado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme alterado, e pela Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 1º de julho de 2005, conforme alterada

O empréstimo com desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas é de consignação facultativa. Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja previsão legal para tanto. Há também consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia dos Aposentados e Pensionistas, pois sua exigibilidade decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre as consignações compulsórias cita-se (i) a contribuição para a previdência social; (ii) a pensão alimentícia judicial; (iii) o pagamento de benefícios além do devido; (iv) o imposto de renda na fonte; e (v) as mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.

A soma mensal dos descontos consignados para pagamento de empréstimos, financiamentos ou operações de arrendamento mercantil não poderá exceder, no momento da efetiva contratação, a 30% (trinta por cento) do valor do benefício, deduzidas as consignações obrigatórias.

As consignações obrigatórias têm prioridade sobre as facultativas. Assim, após retenção das consignações obrigatórias, o saldo do valor do benefício poderá não ser suficiente para pagamento das consignações facultativas (veja o capítulo “Fatores de

Risco”, seção “Riscos de Crédito”; e seção “Riscos Específicos”, subseção “Riscos Operacionais”).

A imposição de limites para o desconto em folha de benefícios pelo INSS tem por finalidade impedir o comprometimento da verba alimentar de Aposentados e Pensionistas. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos benefícios de aposentadoria e pensão seja destinada a contribuições de primeira importância e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Além disso, os descontos consignados para pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis deverão ser expressamente autorizados, de forma irrevogável e irretroatável, pelo próprio titular do benefício.

Por fim, as consignações relacionadas a empréstimos, financiamentos ou arrendamentos mercantis contratados entre 5 de fevereiro de 2005 e 7 de julho de 2005 estão limitadas a 36 (trinta e seis) parcelas dos respectivos benefícios previdenciários, por força da Instrução Normativa INSS/DC nº 115, de 2 de fevereiro de 2005, revogada pela Instrução Normativa INSS/DC nº 121/05.

Decisões Judiciais sobre Desconto em Benefício

O pagamento de empréstimos e financiamentos por meio de desconto da renda mensal dos benefícios de aposentadoria e de pensão do INSS somente foi permitido a partir do final de 2003, por força da edição da Medida Provisória nº 130 (convertida na Lei nº 10.820/03). Tratando-se portanto de modalidade recente de operação, ainda não há base sólida e consistente de decisões dos Tribunais Superiores acerca da legalidade do referido desconto.

Contudo, cabe fazer análise acerca de decisões proferidas pelos Tribunais Superiores relativas ao desconto em folha de pagamento de servidores públicos, modalidade mais antiga, mas que em muito se assemelha ao desconto em benefícios do INSS (veja a seção “Decisões Judiciais sobre Desconto em Folha de Pagamento” abaixo).

Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Pagamento

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da União

O parágrafo único do artigo 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, autoriza a consignação em folha de pagamento de servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União, desde que mediante autorização do referido servidor, a critério da administração, e na forma definida em regulamento.

O desconto em folha de pagamento para servidores federais previsto pelo artigo 45 da lei acima referida é regulamentado pelo Decreto nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004. Nele, o empréstimo com desconto em folha é definido como consignação facultativa.

Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja anuência da administração. Há também as consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia do servidor público, pois a exigibilidade das mesmas decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre elas, pode-se citar: (i) contribuição para a Previdência Social; (ii) pensão alimentícia judicial; (iii) imposto sobre rendimento do trabalho; (iv) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; e (v) contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência.

A soma mensal das consignações facultativas não pode exceder de 30% (trinta por cento) dos vencimentos do servidor federal, a serem contabilizados com a inclusão de parcela dos adicionais e vantagens recebidos no respectivo mês. Por sua vez, o somatório das consignações compulsórias e facultativas não pode comprometer mais de 70% (setenta por cento) dos vencimentos do servidor federal.

Como as consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, caso referido limite de 70% (setenta por cento) venha a ser superado, as consignações facultativas são suspensas, de forma a proporcionar o devido reenquadramento.

A imposição de limites para o desconto em folha de pagamento pela legislação tem como finalidade impedir que o servidor federal comprometa sua verba alimentar. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos vencimentos do servidor federal seja destinada para contribuições de primeira

importância (previdência e sindicato, por exemplo), e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Por fim, o Decreto nº 4.961/04 permite que o servidor federal conceda uma autorização irrevogável para o desconto de seus vencimentos das parcelas devidas em razão do empréstimo. Isso significa que, de acordo com a legislação pertinente, a autorização somente poderá ser cancelada com o expresse consentimento da Consignatária.

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo de Estados e Municípios Conveniados

No presente prospecto foram descritos os principais aspectos da regulamentação aplicável aos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União. Contudo, é importante mencionar a existência de legislação específica tratando de empréstimo com desconto em folha própria de Estados e Municípios sobre o assunto.

A maior parte de tal legislação, de forma análoga, também prevê: (i) limites para os descontos em folha em razão de operações de empréstimo; e (ii) possibilidade de concessão de autorizações revogáveis pelo devedor apenas com a concordância do mutuante. Como exemplo, podemos citar a legislação do Município de São Paulo e dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Militares das Forças Armadas

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, permite o desconto de empréstimos em folha de pagamento desses servidores públicos desde que não haja comprometimento de mais de 70% de seu soldo.

Em referida regulamentação, não há diferença de limites para os descontos autorizados e obrigatórios, de forma que, teoricamente, os empréstimos com desconto em folha poderiam comprometer toda a Margem Consignável (70%) do soldo dos militares. Fica mantida, por outro lado, a prioridade dos descontos obrigatórios em relação aos autorizados, sendo que estes, em caso de o limite acima referido ser superado, serão suspensos em primeiro lugar.

Embora a Medida Provisória nº 2.215-10/01 disponha em linhas gerais sobre o desconto em folha de pagamento para todos os militares federais, tanto os descontos por estes autorizados como os autorizados por aposentados e beneficiários de pensão militar são regulamentados especificamente por cada Força Armada (Exército, Marinha e Aeronáutica), por normativos próprios.

Decisões Judiciais sobre Desconto em Folha de Pagamento

Em decisão proferida no ano de 2004, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ considerou abusiva cláusula que estabelece a irrevogabilidade da autorização para desconto em folha concedida por um servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação de impenhorabilidade dos salários e vencimentos (artigo 649, IV, do Código de Processo Civil).

Primeiramente, tal decisão somente tem efeitos sobre a autorização para desconto em folha concedida por esse servidor específico, não afetando as demais operações de empréstimo com desconto em folha, ou as operações com desconto em benefício do INSS. É importante ressaltar, ainda, que essa decisão não é vinculante, ou seja, caso outro servidor público, empregado ou aposentado ou pensionista pretendesse cancelar, em juízo, autorização concedida para desconto em folha de pagamento, o juízo competente poderá julgar de acordo com suas próprias convicções, não tendo qualquer dever de acompanhar o entendimento da 3ª Turma do STJ.

Trata-se, portanto, de decisão isolada, existindo julgados em sentido contrário do próprio STJ (por exemplo, Medida Cautelar nº 6398-RS 2003/0061854-6, relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, publicado no Diário da Justiça de 6 de maio de 2003). Ademais, frise-se que não é pacífica a fundamentação de que o desconto em folha de pagamento se configuraria em penhora de salários ou vencimentos, como evidenciado em voto do Ministro Aldir Passarinho, cujo trecho é abaixo transcrito (e integralmente aplicável para o desconto em benefício do INSS):

“Cuida-se de agravo de instrumento manejado contra decisão que deferiu tutela antecipatória em ação revisional de contrato de mútuo, para fim de impedir que fossem descontadas em folha de pagamento da requerente,

funcionário público militar, as parcelas que contratualmente assumiu com a instituição financeira. (...)

Relativamente ao art. 649 da lei adjetiva [o Código de Processo Civil], é estranho à controvérsia, pois a hipótese não cuida de penhora judicial do numerário, mas ao contrário do afirmado, justamente da livre disposição dos vencimentos, mediante contratação que até o momento permanece hígida” (Medida Cautelar nº 6.769 – RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, publicado no Diário da Justiça de 13 agosto de 2003)”.

Ademais, a legalidade do desconto em folha de pagamento de servidores públicos foi também objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ no recente julgamento do Recurso Especial nº 728.563. A decisão proferida em relação a referido recurso tenderá a ser seguida pelos ministros que compõem a Terceira e a Quarta Turma do STJ.

O Recurso Especial nº 728.563 foi interposto pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarara serem ilegais os descontos em folha de pagamento de débitos relativos a empréstimo contraído por servidor público. Essa decisão se fundamentara na vedação à penhora dos vencimentos dos servidores públicos. Além disso, considerara descabidos os descontos por ser o salário verba de natureza alimentar.

Em 8 de junho de 2005, os ministros da Segunda Seção do STJ julgaram o referido Recurso Especial nº 728.563, reconhecendo, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve divergência, contudo, quanto à fundamentação dos votos dos ministros.

O Ministro Relator Aldir Passarinho Júnior afirmou em seu voto que o desconto em folha de pagamento consiste em mero exercício de livre disposição contratual das partes, não configurando, portanto, penhora de vencimentos. Outros quatro ministros compartilharam de tal entendimento.

A Ministra Nancy Andrichi e o Ministro Castro Filho também entenderam que o desconto em folha de pagamento não configura penhora de vencimentos. Contudo, só admitiram a possibilidade de o desconto em folha de pagamento ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos.

Ressaltaram inclusive que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos. O argumento invocado pelos referidos ministros é de que os vencimentos têm natureza alimentar, devendo o servidor ter sobre eles livre fruição.

Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os direitos creditórios devem ser oriundos de contratos de concessão de empréstimo, com taxas de juros prefixadas;
- ii) os direitos creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG;
- iii) os direitos creditórios relativos a determinado contrato de concessão de empréstimo devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;
- iv) os direitos creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- v) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os direitos creditórios, não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última Série emitida;
- vi) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas, a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS relativa aos direitos creditórios deve ser atestada pelo cedente e Agente de Cobrança (o Banco BMG), sendo que tal atestado deverá ser elaborado com base necessariamente em análise de arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social.

Sendo constatada, pela Instituição Administradora, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Banco BMG relativas aos direitos creditórios de titularidade

do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Banco BMG esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 24.2 do Regulamento.

Condições da Cessão

Além dos Critérios de Elegibilidade acima descritos, o Banco BMG, nos termos do Contrato de Cessão, está obrigado a observar os seguintes critérios para oferecer créditos à Cessão do Fundo:

- i) oriundos de contratos de concessão de empréstimo exclusivamente concedidos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros prefixadas;
- ii) decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BMG;
- iii) decorrentes de operações de empréstimo concedidos pelo Banco BMG a: Devedores com idade entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos à época da cessão do crédito;
- iv) referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um contrato de empréstimo;
- v) referentes a contratos que não tenham parcela de pagamento vencida e não paga, e nem tenham sido renegociados com o Banco BMG;
- vi) referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- vii) as parcelas dos empréstimos consignados cedidas ao Fundo a título de direitos creditórios poderão ter vencimento entre 2 (dois) e 36 (trinta e seis) meses, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, e entre 2 (dois) meses e 48 (quarenta e oito) meses, para os Servidores Públicos estaduais ou entre 2 (dois) meses e 60 (sessenta) meses, no caso dos Servidores Públicos federais e da Prefeitura Municipal de São Paulo; contados a partir da data de celebração do contrato de empréstimo, e não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;

- viii) cujas parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os direitos creditórios, não tenham data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última Série emitida;
- x) cujo pagamento, em se tratando de empréstimo concedido a Servidores Públicos, deve ser efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;
- xi) que sejam consignados por Entes Federativos ou pelas Forças Armadas, desde que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de direitos creditórios de titularidade do Fundo, por mais de 90 (noventa) dias, em montante superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- xii) em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas, a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS relativa aos direitos creditórios deve ser atestada pelo cedente e Agente de Cobrança (o Banco BMG), sendo que tal atestado deverá ser elaborado com base necessariamente em análise de arquivo eletrônico emitido pela DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social;
- xiii) cujo Consignante já tenha efetuado desconto de folha de pagamento ou de benefícios ao Banco BMG por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses, inclusive na cessão inicial; e
- xiv) no caso da primeira cessão de direitos creditórios ao Fundo, que sejam oriundos de empréstimos cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do Devedor e repassada ao Banco BMG.

Ressalta-se que os critérios acima descritos não são verificados pelo Custodiante no momento da Cessão, que limita-se à verificação apenas dos critérios de elegibilidade.

Características dos Direitos Creditórios relativos a Aposentados e Pensionistas

Natureza

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo, com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal, celebrados com Aposentados e Pensionistas, titulares de benefícios do INSS.

Desde o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), os Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares, os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contraídos com instituições financeiras, pagadoras ou não do benefício. Para a efetiva consignação dos descontos na renda mensal dos benefícios concedidos pelo INSS, devem ser observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

Processo de Origem

Inicialmente, os Aposentados e Pensionistas interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Banco BMG e estabelecem as características da operação. Os atendentes consultam a página do INSS na *internet* para confirmar dados fornecidos e existência de margem consignável.

O Banco BMG, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.

Aprovada a operação, o Banco BMG transfere os recursos do empréstimo para o Aposentado ou Pensionista, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada.

O INSS, por meio da DATAPREV, inicia o desconto na folha de benefícios e repassa o valor ao Agente de Cobrança, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados.

Eventualmente, o Banco BMG pode vir a contratar seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor. Ressalte-se que a contratação de seguro pelo Banco BMG não é obrigatória. O Banco BMG somente contratará seguro caso, a seu critério, o gasto com o prêmio seja compensado pelo risco das perdas estimadas/esperadas. Destaca-se que, atualmente, a totalidade da carteira de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS do Banco BMG encontra-se segura. Esses direitos creditórios segurados poderão ser cedidos ao Fundo. Nesta hipótese, o Fundo se subrogará automaticamente nos direitos emergentes do seguro, conforme previsto no Contrato de Cessão.

Documentos da Operação

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de instrumentos constitutivos de garantias. Havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente de morte do Devedor, há também a respectiva apólice.

Política de Concessão de Crédito a Aposentados e Pensionistas pelo Banco BMG

O Banco BMG adota a seguinte política de concessão de crédito em se tratando de empréstimos a Aposentados e Pensionistas:

- i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Aposentado ou Pensionista se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus benefícios; isto porque há limite para o percentual dos benefícios de cada Aposentado ou Pensionista que pode ser comprometido com desconto em benefício, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Aposentado ou Pensionista deve apresentar, no ato na contratação do empréstimo, documentos ou informações que comprovem sua condição de titular de benefício previdenciário do INSS e a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto;
- ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 e valor máximo de R\$50.000,00; e

- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 e de no máximo 36 meses, observadas eventuais limitações regulamentares aplicáveis à espécie.

Cobrança dos Direitos Creditórios relativos a Aposentados e Pensionistas

A cobrança dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Agente de Cobrança, o Banco BMG, contratado para efetuá-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- i) o INSS desconta dos benefícios dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Agente de Cobrança pelo INSS até o quinto dia útil do mês subsequente da competência do crédito, por meio de depósito único na conta “Reserva Bancária” do Agente de Cobrança perante o Banco Central do Brasil, via Sistema de Transferência de Reserva – STR; concomitantemente ao repasse financeiro, o INSS disponibiliza ao Agente de Cobrança um relatório analítico dos descontos efetuados em cada mês;
- iii) o Agente de Cobrança, ao receber os valores, confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo INSS, no qual é informado quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus benefícios; e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de morte ou ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Agente de Cobrança questiona o INSS;
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pelo Agente de Cobrança são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 5 dias úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Agente de Cobrança para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- i) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio ou, havendo seguro para cobrir tal evento celebrado pelo Agente de Cobrança, obter a indenização correspondente; e
- ii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em benefício, ou ainda a cassação ou interrupção do pagamento do benefício, busca-se a renegociação do empréstimo (de modo que as parcelas sejam condizentes com a eventual nova margem do Devedor) e/ou a cobrança amigável (fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações); caso sejam frustradas a renegociação e/ou a cobrança amigável, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente, e, caso o valor compense as despesas judiciais, procede-se à cobrança judicial da quantia devida.

Características dos Direitos Creditórios relativos a Servidores Públicos

Natureza

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo a Servidores Públicos, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de instrumentos constitutivos de garantias.

Política de Concessão de Crédito a Servidores Públicos pelo Banco BMG

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo a Servidores Públicos. Os Servidores Públicos são necessariamente vinculados a entes federativos (que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios), que permitem que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Devedores sejam descontadas em folha de pagamento. Na concessão dos empréstimos, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de créditos, dos quais se destacam os seguintes:

- i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Servidor Público se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos; isto porque há limite para o percentual dos vencimentos de cada Servidor Público que pode ser comprometido com desconto em folha, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Servidor Público deve apresentar documentos que comprovem sua condição de Servidor Público e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;
- ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 e valor máximo de R\$20.000,00, podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais;
- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 2 meses, e de no máximo 48 meses, para os Servidores Públicos estaduais e de no mínimo 2 meses, e de no máximo 60 (sessenta) meses, no caso dos Servidores Públicos federais e Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo; e
- iv) em se tratando de Servidores Públicos vinculados a órgãos federais, tais tomadores de empréstimo devem necessariamente ser participantes de plano previdenciário da Família Bandeirante Previdência Privada (“FBPP”), entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bittencourt Rodrigues, nº 88, inscrita no CNPJ sob o nº 62.874.219/0001-77.

Cobrança dos Direitos Creditórios relativos a Servidores Públicos

A cobrança dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Banco BMG, contratado para efetuar a cobrança perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- i) os Entes Federativos descontam dos vencimentos dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Banco BMG por meio do banco oficial do Ente Federativo, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de Servidores Públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Banco

BMG pode ser, conforme o Ente Federativo, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;

- iii) o Banco BMG, ao receber os valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Entes Federativos, informando quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Banco BMG questiona o Ente Federativo, a FBPP e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;
- v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- vi) os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pelo Banco BMG são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 5 dias úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Banco BMG para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas igualmente por todas as cotas do Fundo, independentemente da respectiva classe:

- i) caso o Servidor Público tomador do empréstimo tenha-se desligado do Ente Federativo, o Banco BMG busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações; se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente; eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, se o valor compensar as despesas judiciais;
- ii) se a causa da inadimplência é a morte do Servidor Público, busca-se cobrar do espólio; e
- iii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, que pode ocorrer nas hipóteses ordem judicial para pagamento de

pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, buscase renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Servidor Público.

Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado

A melhora das condições da economia brasileira observada durante 2004 e 2005 propiciou um aumento considerável no volume de operações de crédito de todo o sistema financeiro. Verificou-se crescimento de 25,1% de março de 2004 a março de 2005 e de 22,6% de março de 2005 a março de 2006, atingindo o volume total de R\$ 356,7 bilhões no final do período, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Dentre as diversas modalidades de operações de crédito, as operações para pessoas físicas foram as que mais cresceram em termos percentuais (33,8% de março de 2004 a março de 2005 e 33,1% de março de 2005 a março de 2006), atingindo o volume de R\$ 167,2 bilhões em março de 2006.

Dentre as operações de crédito com recursos livres para pessoa física, as operações de crédito pessoal foram as que mais cresceram, um percentual de 36% no período de março de 2005 a março de 2006, seguida de financiamento para aquisição de bens (35,1%) e cartão de crédito (31,1%). As operações de crédito pessoal atingiram o volume de R\$ 67,9 bilhões em março de 2006, representando 40,6% do universo total de operações com recursos livres.

Dentre as operações de crédito pessoal, as operações consignadas em folha de pagamento merecem destaque, tendo apresentado um crescimento de 60,9% de março de 2005 a março de 2006 e representando cerca de 47,0% do total de crédito pessoal no mercado, atingindo um volume de R\$ 35,5 bilhões em março de 2006, sendo R\$ 31,1 bilhões destinados a funcionários públicos (dentre os quais incluem-se as operações para aposentados e pensionistas do INSS) e R\$ 4,4 bilhões destinados a funcionários privados. As taxas de juros cobradas pelas operações consignadas (média de 67,8% ao ano) são substancialmente mais baixas que as taxas das operações de crédito pessoal tradicionais.

As operações de crédito consignado com desconto em folha para aposentados e pensionistas do INSS começaram há cerca de 2 anos. De acordo com dados do DATAPREV, o volume de empréstimos desembolsados até abril de 2006 está estimado em

R\$ 13,7 bilhões, e atingiu 5,4 milhões de aposentados e pensionistas. Note-se que hoje existem no Brasil 19 milhões de pensionistas e aposentados.

Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco BMG

Introdução

No contexto da presente operação de securitização, a KPMG foi contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos do Banco BMG quanto ao seu perfil e inadimplência, para as operações originadas no período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de janeiro de 2006, para operações para funcionalismo público federal, e 13 de setembro de 2004 (data de início das operações) a 31 de janeiro de 2006, para operações para assistidos e pensionistas do INSS, bem como o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações. A íntegra do relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco BMG integra o presente prospecto como seu Anexo III.

Para a apresentação do comportamento de inadimplência e dos prazos de pagamento dos clientes foram consideradas as datas do efetivo recebimento das parcelas.

Objetivo e Alcance do Trabalho

O trabalho desenvolvido pela KPMG teve por objeto:

- i) revisão dos aspectos relacionados aos processos de concessão e cobrança dos créditos do Cedente, bem como dos pontos de controle existentes, compreendendo:
 - a) levantamento do fluxo operacional da estrutura de origem dos recebíveis relacionado a concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira dos recebíveis;
 - b) identificação dos pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação;
 - c) revisão da funcionalidade dos sistemas do Banco BMG e da acuracidade das informações geradas para gestão dos recebíveis; e

- d) revisão dos controles de segurança relacionados aos acessos físico e lógico do sistema, plano de contingência e recuperação de dados etc.
- ii) verificação de dados demográficos:
- a) obtenção dos valores relativos à produção líquida mensal sujeita à cessão;
 - b) obtenção e recálculo da distribuição do volume financeiro e quantidade de contratos por prazo médio;
 - c) obtenção da quantidade de contratos gerados por código conveniado; e
 - d) obtenção e recálculo da distribuição dos contratos por faixa de valor.
- iii) verificação da pontualidade e de *performance* de crédito:
- a) recálculo do prazo médio de atraso e dos respectivos desvios-padrão;
 - b) obtenção e recálculo da distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos estabelecidos;
 - c) recálculo dos indicadores de adimplência da carteira em ciclos mensais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento; e
 - d) recálculo do desvio-padrão dos percentuais de atraso e adimplência.

Faz-se necessário enfatizar, também, que o trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso outros procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria tivessem sido executados, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Este relatório é de uso exclusivo do Grupo BMG e de seus parceiros estratégicos e não deve ser utilizado por terceiros que não tenham responsabilidade sobre a suficiência dos procedimentos acima descritos.

Os trabalhos foram executados no período de 3 a 30 de abril de 2006 e basearam-se na situação da carteira de direitos creditórios e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis em 31 de janeiro de 2006. Conforme acordado, não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do relatório, nem existe a obrigação de atualizar este relatório.

FATORES DE RISCO

A aplicação em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao Fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar uma decisão de investimento nas cotas. O potencial investidor deve, ainda, ler cuidadosamente as, Seções “Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Benefícios” e “Aspectos Legais e Regulamentares do Desconto em Folha de Pagamento”.

Risco de Mercado

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, conforme previsto na cláusula 16 do Regulamento. Ademais, a Instituição Administradora não está obrigada a contratar operações de swap de taxas prefixadas por CDI over. Assim, há a possibilidade de a Instituição Administradora não contratar tais operações de swap, bem como, de, em contratando referidas operações, a outra parte (ou a instituição garantidora) não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI), e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

A precificação dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das cotas do Fundo.

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações no valor das cotas do Fundo.

Risco de Crédito

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

A aquisição dos direitos creditórios, pelo Fundo, pode ser contratada com o cedente com ou sem recompra posterior, total ou parcial, dos direitos creditórios cujos Devedores se mostrarem inadimplentes. Se não for contratada a recompra, ou se a recompra for apenas parcial, ou ainda se o cedente não recomprar os direitos creditórios inadimplentes na forma ajustada, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer sua rentabilidade ou levá-lo, até, a perda de patrimônio.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos seus benefícios. A inadimplência em relação aos direitos creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos, por exemplo, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Aposentado ou Pensionista, ou ainda em razão de não pagamento dos benefícios. Nestes casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Aposentado ou Pensionista, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas cotas.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos, terão seu pagamento realizado com recursos descontados dos seus vencimentos, pelo respectivo Consignante. Assim, tal desconto não será possível caso o Servidor Público se desligue do cargo ou função, e a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo ficará dificultada. Igualmente, a capacidade de pagamento do Servidor Público poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, que tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Servidor Público interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o devedor poderia ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo, ou até perda patrimonial.

Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de concessão de empréstimo que originam os direitos creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em folha de pagamento ou benefício, conforme o caso. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao direito creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. Em face disso, pode até mesmo ocorrer perda patrimonial para os investidores.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos

emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

Os empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas são pagos por meio de desconto em benefício realizado pelo INSS, enquanto no caso dos Servidores Públicos, os empréstimos são pagos através de desconto em folha de pagamento, realizado pelo Ente Federativo a que o devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o INSS ou o Ente Federativo a que o devedor é vinculado atrase ou não pague os benefícios ou os vencimentos, o Fundo não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios. Além disso, nessa hipótese, enquanto o INSS ou o Ente Federativo não voltar a pagar adequadamente os benefícios ou vencimentos aos Devedores, sua capacidade de saldar os débitos também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Risco de Liquidez

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em direitos creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos direitos creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em direitos creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas

cotas no mercado secundário. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das cotas.

As cotas do Fundo serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 17 do Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como amortização compulsória de cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

Será constituída Reserva de Liquidez item 9.4.2 do Regulamento. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Liquidez, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de direitos creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento, pelo Fundo, de amortizações, resgates ou despesas.

Será constituída Reserva de Pagamento item 18 do Regulamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de direitos creditórios. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Isso ocorreria, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, o que faria com que houvesse um aumento substancial do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 24 abaixo. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo pelo fato de os direitos creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas cotas resgatadas em direitos creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos

direitos creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos direitos creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

Risco Proveniente do Uso de Derivativos

O Fundo pode realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no patrimônio líquido do Fundo que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus condôminos.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Os documentos relativos aos direitos creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitório ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos direitos creditórios discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos direitos creditórios pode se delongar, ou ser inviabilizado, caso o fiel depositário referido no item 7.3.1 do Regulamento demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

Em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas, os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade do Devedor. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente, seja em razão de divórcio ou dissolução de união estável, seja ainda por atingir a idade de 21 (vinte e um) anos. Igualmente, os pagamentos dos direitos creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir ao INSS valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for

obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que essas hipóteses têm preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em benefício. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo benefício e, por consequência, a consignação das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, que pode se mostrar insuficiente. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso de o Devedor titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetaria a rentabilidade de suas cotas.

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse ao Agente de Cobrança são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. No entanto, nem o Agente de Cobrança, o Custodiante ou a Instituição Administradora têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderia atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Aposentados e Pensionistas, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados. Ademais, poderia até, eventualmente, ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrigisse os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio poderia ser prejudicado.

A cobrança dos direitos creditórios depende da atuação diligente do cedente e do Agente de Cobrança. Cabe-lhe (i) atestar a efetiva averbação da consignação em folha de benefícios do INSS, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados ou Pensionistas; (ii) aferir o correto recebimento dos recursos; e (iii) verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo V do Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança poderia acarretar o recebimento de menos recursos que os devidos pelos Devedores, ou ainda a aquisição de direitos creditórios cuja consignação não houvesse sido devidamente averbada. A ausência de averbação ensejaria medida contra o cedente, com vistas à restituição do preço pago pelos créditos não averbados. A restituição

devida pelo cedente poderia demorar a ocorrer, ou, até, o cedente poderia não dispor de recursos para tanto. As falhas de procedimento do Agente de Cobrança descritas poderiam levar, assim, a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

Em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos, o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao agente cobrador dos direitos creditórios são processados por sistema interno de controle do Consignante, não tendo o agente cobrador ou a Instituição Administradora controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema do Ente Federativo poderia atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados.

O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos direitos creditórios, devendo repassá-los ao Fundo. O repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança. Nesta hipótese, pode até ser necessária a via judicial para se obterem os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida.

O Custodiante contratou a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos direitos creditórios com o Banco BMG, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão depositados no Banco BMG e transferidos para o Fundo após até 5 (cinco) dias úteis. Na hipótese de intervenção ou liquidação do Banco BMG, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria a rentabilidade do Fundo e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre o Agente de Cobrança e o INSS, em se tratando de empréstimos concedidos a Aposentados e Pensionistas. De forma análoga, o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre o Consignante e a FBPP (em se tratando de empréstimos concedidos a Servidores Públicos vinculados a órgãos federais) ou entre o Agente de Cobrança e os demais Consignantes (em se tratando dos demais casos de empréstimos concedidos a Servidores Públicos). O Banco BMG e a FBPP, em caráter especial, devem observar certas regras para manutenção do convênio,

cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. O convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento pode ser suspensão ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento for suspensão ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios.

Independentemente da auditoria prevista no item 7.2.1 do Regulamento, a carteira do Fundo poderá eventualmente conter direitos creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativos a tais direitos creditórios cujos documentos apresentem irregularidades.

Risco de Descontinuidade

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no item 24 do Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os direitos creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas cotas resgatadas em direitos creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos direitos creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos direitos creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

O Fundo deve observar a Alocação Mínima (item 9.2 do Regulamento). Entretanto, não há garantia de que o Banco BMG conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder direitos creditórios suficientes para fazerem frente a tal exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de direitos creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores (item 17.3 do Regulamento).

Riscos da Originadora

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de contratos de concessão de empréstimo a Aposentados e Pensionistas e a Servidores Públicos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item 9 do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem direitos creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os critérios de elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, conforme descrito no item 24 do Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória (item 17.3 do Regulamento). Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de direitos creditórios elegíveis.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em benefício, realizado pelo INSS, ou o desconto em folha de pagamento, realizado pelo Consignante. Tal sistemática é autorizada por lei, e é submetida a regulamentação específica. Na hipótese de serem expedidas novas normas a respeito, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que tornem os respectivos direitos creditórios elegíveis para cessão ao Fundo. Na falta de direitos creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Os direitos creditórios cedidos ao Fundo são originados de contratos celebrados entre o Banco BMG e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos direitos creditórios do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser

necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais direitos creditórios pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Outros Riscos

Com relação ao cedente, a cessão de direitos creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os direitos creditórios cedidos ao Fundo pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

O Fundo aplicará em direitos creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade dos Aposentados e Pensionistas, ou consignados nos vencimentos mensais de Servidores Públicos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (direitos creditórios). A possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento.

O Fundo adquirirá direitos creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de consignação em benefício previdenciário ou desconto em folha de pagamento. O Fundo poderá eventual e involuntariamente adquirir direitos creditórios relacionados a empréstimos cujo tomador do crédito tenha se utilizado de meio

fraudulento para a sua obtenção, identificando-se falsamente para obter empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Aposentados, Pensionistas ou Servidores Públicos que não teriam conhecimento da celebração do empréstimo). Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos empréstimos por parte dos Aposentados, Pensionistas ou Servidores Públicos lesados, restando-lhe somente exigir do cedente a restituição do preço pago na aquisição dos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo cedente pode demorar ou ser impossível em razão de ele não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pelo Banco BMG. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos direitos creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter direitos creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios. A auditoria será feita nos documentos comprobatórios dos direitos creditórios especificados neste Regulamento.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A Política de Investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Instituição Administradora.

A Instituição Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos no capítulo “Fatores de Risco” do presente Prospecto) e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo cotista.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião do término do prazo da Série ou da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 15 do Regulamento.

A emissão de cotas do Fundo obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

As cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, se for o caso.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As cotas do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As cotas do Fundo serão colocadas pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$ 25.000,00.

Somente poderão adquirir as cotas do Fundo os Investidores Autorizados, conforme definidos pela regulamentação pertinente.

A integralização de cotas do Fundo pode ser efetuada por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. A amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de cotas do Fundo em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 24 do Regulamento. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em direitos creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

As Cotas Seniores do Fundo poderão ser negociadas exclusivamente em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das cotas, e à Instituição Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

O prazo para efetivação de resgate das cotas do Fundo será o do item 3.1 do Regulamento.

Primeira Emissão

Na primeira emissão de cotas do Fundo (“Primeira Emissão”), serão emitidas cotas com valor de R\$ 25.000,00 cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora, conforme a orientação do Gestor, a quantidade de cotas objeto da Primeira Emissão, desde que observado limite de até 26.000 (vinte e seis mil) Cotas do Fundo e a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados *pro-forma* considerando a Primeira Emissão.

As cotas objeto da Primeira Emissão ou de Novas Séries serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição

Administradora. Na subscrição de cotas da Primeira Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

A Primeira Emissão se encerrará no prazo máximo de 180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, incisos I a VIII, da Instrução nº 356/01, da CVM.

Novas Emissões

Fica a critério da Instituição Administradora a deliberação relativa a novas distribuições de cotas, incluindo os aspectos referentes a quantidade, número de Séries, prazo e classe de Cotas (“Novas Distribuições”), desde que previamente aprovado por escrito pela totalidade dos titulares de Cotas Subordinadas, desde que observados:

- i) a proporção mínima referida no item 14.2.1 (iii) do Regulamento;
- ii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados pro-forma considerando a Nova Emissão deve respeitar, na data da respectiva subscrição, a Razão Mínima;
- iii) o limite máximo de 26.000 (vinte e seis mil) cotas do Fundo; e
- iv) manutenção da classificação de risco das cotas das demais Séries.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das cotas do Fundo.

Classes de Cotas

As cotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas.

Todas as cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 21 do Regulamento.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 16 e 17 do Regulamento.

Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 120,5% (“Razão Mínima”). Essa relação deve ser apurada pelo Gestor todo dia útil, e informada mensalmente à Instituição Administradora aos cotistas anualmente, nos termos do item 22.5 do Regulamento.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente dos direitos creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo IX do Regulamento (“Aviso de Desenquadramento”).

O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irretratável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Na hipótese de o Cedente desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembléia geral.

Na hipótese de o Cedente não informar tempestivamente a Instituição Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 24.3 (i) do Regulamento (evento de liquidação antecipada).

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

As cotas do Fundo, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A Primeira Emissão ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à variação percentual da taxa média do CDI over no respectivo período, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, indicada no respectivo Suplemento de cada Série e incidente sobre o valor anterior da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, e consta do Anexo IX do Regulamento.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco”, seções “Riscos de Mercado”, “Riscos de Crédito” e “Riscos de Liquidez”.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização das Cotas Seniores

Os prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série. O valor de amortização de cada Série será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{[\text{prazo da série}] - (M - 1)} \right) * VQS_n$$

onde:

“PMT” é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir da primeira Data de Amortização, definida no Suplemento da respectiva Série, ;

“prazo da série” corresponde ao número de meses do prazo de duração da Série, conforme definido no respectivo Suplemento;

“M” é o número de ordem da parcela de amortização a ser calculada; e

VQS_n é o valor unitário da Cota Sênior da respectiva Série no dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores “n”, exceto na última Data de Amortização da respectiva Série, na qual será utilizado o valor unitário da respectiva Cota Sênior na Data de Amortização, sendo o valor unitário sempre calculado na forma do item 19 do Regulamento.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, de acordo com a periodicidade

indicada no respectivo Suplemento, sempre no dia 15 (quinze) do mês (“Datas de Amortização de Cotas Seniores”). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido (“A_{PRINCIPAL}”) acrescida do respectivo rendimento (“A_{JUROS}”) para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{V_{subs} - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[[amortizações] - (M - 1)]}$$

onde:

“V_{subs}” – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”;

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”;

“M “ é o número da parcela de amortização, conforme definido no item 17.1 acima;

$$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

“PMT” é o valor de amortização calculado conforme o item 17.1 acima.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que não seja dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o item 21.5.3 abaixo.

Amortização das Cotas Subordinadas

Se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores do Fundo, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, nos termos previstos nos itens 17.1 e 17.1.1 do Regulamento; e (ii) considerada pro forma a amortização das Cotas Subordinadas, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Subordinadas coincidir com dia que não seja dia útil na praça em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos, observado o disposto no item 21.5.3 do Regulamento.

Amortização Compulsória

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores (a “Amortização Compulsória”), exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em direitos creditórios estabelecida no item 9 do Regulamento.

Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar assembléia geral de cotistas.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme a orientação do Gestor, pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos parágrafos anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 17.1 do Regulamento, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas cotas.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Instituição Administradora deverá, conforme orientação do Gestor, constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores (“Reserva de Pagamento”), adicionalmente à Reserva de Liquidez (item 9.4.2 do Regulamento). Para tanto, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação do Gestor, interromper a aquisição de novos direitos creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 9.4.2 do Regulamento); e
- ii) a partir de 30 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 9.4.2 do Regulamento).

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos direitos creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação do Gestor, interromper imediatamente a aquisição de novos direitos creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 24.2 (xiv) do Regulamento, se o caso.

Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de

resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ

Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o patrimônio líquido do Fundo deverá observar índice de liquidez, para todas as Datas de Amortização, igual ou superior a 1 (um) em cada Data de Verificação, conforme definida abaixo, que deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula (“Índice de Liquidez”):

$$\text{Índice de Liquidez}_i = \frac{\text{Outro Ativos} + DC_i}{[VA + RP]}$$

onde,

$i = [N+1]$;

N = número de amortizações já efetuadas;

“DC_i” corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuos Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização em referência; e

“VA” corresponde ao Valor de Amortização de todas as Séries de Cotas Seniores para a Data de Amortização mais próxima; e

“RP” corresponde ao valor da Reserva de Pagamento calculado conforme disposto nesta cláusula.

O Índice de Liquidez deverá ser calculado pelo Gestor todo dia útil, a contar da primeira Data de Subscrição Inicial e informado no mesmo dia à Instituição Administradora.

Caso, em determinada data de verificação, o Índice de Liquidez calculado seja menor que 1, a Instituição Administradora deverá comunicar a ocorrência aos titulares das Cotas Subordinadas, através de envio de correspondência ou de correio eletrônico, bem como providenciar a re-adequação do Índice de Liquidez no prazo de 5 dias úteis, contado

da comunicação acima referida.

O re-enquadramento do Índice de Liquidez será efetivado através da subscrição de novas Cotas Subordinadas pelos Cotistas Subordinadas ou pela substituição de Direitos Creditórios com prazo de vencimento mais longo por direitos creditórios com prazo de vencimento mais curto.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 25.000,00. Além disso, somente Investidores Autorizados poderão adquirir as cotas do Fundo.

As Cotas Seniores poderão ser negociadas exclusivamente no mercado de balcão organizado de renda fixa da CETIP – Câmara de Liquidação e Custódia e Bovespafix, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das cotas, e à Instituição Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de cotas do Fundo em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 24 do Regulamento. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em direitos creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

O prazo para efetivação de resgate das cotas do Fundo será o do item 3.1 do Regulamento. Se o resgate for efetivado em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) cotista(s) no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As aplicações no Fundo serão convertidas em cotas pelo seu valor no próprio dia da efetiva disponibilização dos recursos pelo investidor. As amortizações e o resgate de cotas serão efetuados com base no valor da cota da mesma classe ou série do dia útil imediatamente anterior, quando houver.

TAXAS

Pela administração e gestão do Fundo, a Instituição Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a 0,5% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, e paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A taxa de administração devida à Instituição Administradora será calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de “1/252” (um duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima. A fórmula correspondente segue abaixo:

$$TA = \left(\frac{0,5}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil; e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 20 do Regulamento, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Instituição Administradora

Histórico e Atividades

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Instituição Administradora foi constituída em dezembro de 1997 como uma *joint venture* entre a Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan, para gerir recursos de terceiros no Brasil. A evolução do *portfolio* de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade.

A Instituição Administradora é atualmente subsidiária integral da Mellon Financial Corporation, que atua em quatro linhas de negócios: *asset management*, *asset allocation*, *asset servicing* e *corporate governance*.

A atividade de *asset servicing* é exercida pela Instituição Administradora, que presta serviços financeiros para gestores independentes e clientes institucionais e corporativos. Os serviços de controladoria, representação legal, risco e *compliance* são prestados para mais de 420 fundos de investimento, somando R\$ 23 bilhões, e zelam pela boa aplicação dos recursos respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos e a integração com a política de investimentos própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e

para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integrem a carteira do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações do Gestor.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, as expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seus anexos, bem como futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos condôminos;
 - c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - d) o livro de presença de condôminos;
 - e) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução nº 356/01, da CVM;
 - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - h) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao condômino, mediante recibo, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

- v) divulgar, na periodicidade prevista no item 22.5 do Regulamento, no periódico referido no item anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima (item 15.3.1 do Regulamento), e o relatório da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, em especial as discriminadas no item 22 do mesmo;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas do Fundo, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Cobrança (item 7.3.1 do Regulamento), requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais direitos creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.
- xiii) monitorar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em conformidade com o contrato celebrado com o

Custodiante, que poderá atribuir ao BMG a responsabilidade pelo depósito dos mesmos, ficando este último depositário fiel dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios;

- xiv) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos índices e critérios referidos no Regulamento, definidos abaixo, e conforme tais índices e critérios forem informados à Instituição Administradora pelo Gestor ou pelo Custodiante, conforme o caso, e enviar relatório para a Agência Classificadora de Risco até o 10º dia útil do mês seguinte às Datas de Verificação:
- a) índices de performance da carteira (atrasos de 1-30 dias, 31-120 dias, 121-180 dias, calculados sobre a carteira, e superiores a 180, este último calculado sobre o somatório do valor nominal de todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo), conforme previstos no item 24.2 do Regulamento, conforme calculados e informados pelo Custodiante;
 - b) Razão Mínima, conforme calculada e informada pelo Gestor;
 - c) Índice de Liquidez, conforme calculado e informada pelo Gestor;
 - d) Excesso de Spread, conforme calculado e informada pelo Gestor;
 - e) índices de concentração relativos aos Consignantes, conforme calculados e informados pelo Custodiante;
 - f) Reserva de Liquidez, conforme calculada e informada pelo Gestor; e
 - g) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas e com a indicação dos ativos e passivos do fundo, conforme calculado e informado pelo Custodiante.

A divulgação das informações previstas no item (v) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do

administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no parágrafo acima a utilização dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o item 9.6.1 do Regulamento.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;

- iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender cotas do Fundo a prestação;
- vii) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto no item 7 do Regulamento;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” acima.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM, e do item 20 do Regulamento.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral de que trata o parágrafo acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 dias.

Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em assembléia geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data de realização da respectiva assembléia geral.

Caso a nova instituição administradora não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 dias corridos estabelecido acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º dia corrido contado da data de realização da assembléia geral que nomear a nova instituição administradora.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Contratação de Terceiros

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

Gestor

Histórico e Atividades

Para realização da gestão dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Instituição Administradora contratou a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários LTDA. (“Integral-Capitânia” ou “Gestor”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, 102, cj. 61/62, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86.

A Integral-Capitânia é uma *joint venture* entre a Integral Trust Securitização e S/F, empresa de consultoria especializada em securitização e finanças estruturadas, e a Capitânia Gestores, Asset Management reconhecida pelo trabalho de gestão de fundos de investimentos para investidores do mercado local e internacional.

A Integral Capitânia é uma gestora independente, especializada em fundos de recebíveis, com perfil ativo e passivo, possuindo capacidade e expertise para uma gestão de fundos lastreados nas mais diversas classes de direitos creditórios, utilizando-se de instrumentos de gestão visando uma maior eficiência quando da implementação da política de investimento, alocação do caixa , e dos riscos específicos dos produtos.

O total de recursos administrados pela Integral-Capitânia em FIDCs ao final de abril de 2006 totalizava R\$ 1,21 bilhões.

Custodiante e Escriturador de Cotas

Histórico e Atividades

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Instituição Administradora contratou o Banco Itaú S.A. (“Banco Itaú” ou “Custodiante”), instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04.

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 8 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de back-office das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 1.100 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 5.500 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 5 milhões indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e cotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 8,9 bilhões em ativos.

Responsabilidades

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras;
- ii) validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;

- iii) realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;
- vii) observar para que somente as ordens emitidas pela Instituição Administradora, sob a orientação do Gestor, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios referida acima será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, por amostragem, nos direitos creditórios adquiridos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos créditos, sendo no entanto responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Substituição

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Fiel Depositário e Agente de Cobrança

O Banco BMG foi contratado pelo Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente cobrador de tais direitos creditórios, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento.

A descrição dos procedimentos de cobrança a serem adotados pelo Banco BMG consta do item “Cobrança dos Direitos Creditórios” do capítulo “Política de Investimento” acima.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Instituição Intermediária

As cotas do Fundo serão colocadas pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

Auditor

Como auditor independente do Fundo, foi contratada a KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais.

Atualmente a KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com mais de 1.000 funcionários.

Além das demais atribuições, o Auditor realizará, como contratado da Instituição Administradora, trimestralmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes do sistema da DATAPREV - Empresa de Tecnologia e

Informações da Previdência Social, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Banco BMG, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas a cada um dos direitos creditórios de titularidade do Fundo: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de benefícios do INSS; (ii) identificação do Devedor respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o INSS; (iii) o Devedor respectivo é Aposentado ou Pensionista; e (iv) valor das parcelas a receber relativas aos meses de referência da verificação.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores a Moody's América Latina.

CONFLITOS DE INTERESSE

Não há conflitos de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, quer sejam, o Banco BMG, a Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia, a ser formalizado entre a Instituição Administradora, o Custodiante e o Banco BMG, terá por objeto a prestação, pelo Custodiante à Instituição Administradora, dos serviços de custódia, controladoria e controle relativos aos Créditos, valores mobiliários e ativos financeiros pertencentes ao Fundo (“Ativos”). Ao realizar os serviços de controladoria, custódia e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante deverá, dentre outras atribuições:

- i) providenciar abertura e movimentação, no Custodiante, de Conta de Depósito e de Conta de Custódia em nome do Fundo;
- ii) efetuar o recebimento de recursos, quando da emissão ou integralização de cotas, depositados diretamente na Conta de Depósito do Fundo;
- iii) manter atualizados e em perfeita ordem: (a) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; (b) a documentação relativa às operações do Fundo, que ficará com o Custodiante até que seja auditada, quando será encaminhada à Instituição Administradora, juntamente com o parecer da auditoria; (c) os balanços e demonstrativos exigidos pela lei;
- iv) informar à Instituição Administradora, diariamente, até às 10:00 horas, o valor dos Ativos, discriminando o valor atualizado e composição da carteira do Fundo, contendo quantidade, espécie e cotação dos Ativos que a integram, com os respectivos valores a pagar e receber e o valor de cada aplicação;
- v) divulgar periodicamente ao mercado, à CVM e à Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID o valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo e, mensalmente, a rentabilidade auferida no período;
- vi) remeter à Instituição Administradora e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que sejam ou venham a ser

exigidos, as seguintes informações: (a) o valor líquido das cotas seniores e subordinadas; (b) o patrimônio líquido e a relação das emissões, amortizações e resgates de cotas do Fundo efetuadas no mês; e (c) demonstrações financeiras do Fundo com os demonstrativos da composição e diversificação da carteira;

- vii) efetuar a liquidação física e financeira de todas as operações do Fundo;
- viii) manter custodiados junto à CETIP e SELIC, conforme o caso, os Ativos do Fundo, observado que: (a) somente poderão ser acatadas pelo Custodiante as ordens enviadas pela Instituição Administradora, ou por seu(s) representante(s) legal(is), ou por mandatário(s), devidamente credenciado(s); e (b) o Custodiante está proibido de executar ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações de administração da carteira do Fundo;
- ix) assinar declarações, certificados ou outros documentos relativos à propriedade, imposto de renda, ganhos de capital ou qualquer outro tributo referente aos Ativos e recursos relacionados ao Fundo;
- x) cobrar e receber pagamentos, resgates de títulos ou qualquer renda relativos aos Ativos, depositando os valores recebidos na respectiva Conta de Depósito;
- xi) debitar da respectiva Conta de Depósito os valores correspondentes às despesas realizadas para escriturar, controlar e custodiar os Ativos e valores sob responsabilidade do Custodiante, de acordo com o Contrato de Custódia ou com as instruções recebidas;
- xii) efetuar, por conta da Instituição Administradora ou do Fundo, o pagamento de tributos, taxas de administração e supervisão, honorários de agentes e outros profissionais especialmente contratados, despesas de distribuição e operacionais necessárias ao cumprimento do Contrato de Custódia;
- xiii) informar à Instituição Administradora o teor de toda notificação ou informação referente aos Ativos que tenha sido endereçada ao Custodiante;

- xiv) manter em arquivo a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação do Fundo pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Instituição Administradora, que ocorrerá no máximo a cada ano;
- xv) dar cumprimento às instruções específicas remetidas pela Instituição Administradora ao Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia;
- xvi) dar cumprimento à lista de “Normas e Responsabilidades Operacionais” que faz parte do Contrato de Custódia como seu Anexo III;
- xvii) verificar e validar os Créditos que compõem ou que venham a compor a carteira do Fundo, em relação aos critérios de elegibilidade, conforme previsto no Regulamento;
- xviii) realizar, por conta e ordem da Instituição Administradora, o pagamento ao Banco BMG, do preço de aquisição dos Créditos;
- xix) divulgar à Instituição Administradora por meio do *site* www.itaucustodia.com.br a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das cotas subordinadas do Fundo; e
- xx) efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto de Renda – IR e/ou do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, conforme legislação vigente.

Ao realizar os serviços de controladoria, custódia, e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante observará o que segue:

- i) os registros da Conta de Custódia e da Conta de Depósito indicarão de modo separado e, na medida do possível segregado, os Ativos e recursos financeiros pertencentes ao Fundo;
- ii) os Ativos e recursos financeiros do Fundo deverão estar sempre segregados dos valores mobiliários e recursos financeiros pertencentes ao próprio Custodiante ou a outros clientes deste;

- iii) o Custodiante atenderá à solicitação de informação feita pela Instituição Administradora, relacionada ao objeto do Contrato de Custódia, desde que tal solicitação não implique o desenvolvimento de rotinas e procedimentos adicionais desmesurados, a qual deverá ser atendida em prazo compatível com a natureza da solicitação;
- iv) o Custodiante colocará à disposição, por meio do site www.itaucustodia.com.br, diariamente, à Instituição Administradora, relatórios discriminando os Ativos mantidos na Conta de Custódia e os recursos movimentados na Conta de Depósito;
- v) o Custodiante colocará à disposição da Instituição Administradora, por meio eletrônico, relatório diário contendo informações referentes à base de dados do Fundo;
- vi) o Custodiante deverá manter, sempre em adequadas condições de operação, os sistemas de processamento necessários à prestação dos serviços e às demais obrigações do Fundo e da Instituição Administradora que sejam de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- vii) o Custodiante deverá manter sistema de backup e plano de contingência de modo a permitir a prestação contínua e ininterrupta dos serviços objeto do Contrato de Custódia;
- viii) o Custodiante deverá comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de quaisquer eventos ou situações de que tenha conhecimento e que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Instituição Administradora ou pelos cotistas do Fundo, de seus direitos e suas prerrogativas, incluindo qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- ix) o Custodiante deverá permitir o acesso compartilhado, on line, em tempo real, à Conta de Depósito, bem como colocar os relatórios, preparados nos termos do Contrato de Custódia, à disposição de pessoas autorizadas pelo Fundo; e
- x) o Custodiante deverá cumprir com todos os procedimentos pertinentes descritos no Contrato de Cessão.

O Banco BMG será contratado pelo Custodiante para a prestação dos serviços de: (i) fiel depositário de todos os documentos relativos aos Créditos; e (ii) agente cobrador dos Créditos, abrangendo tanto a cobrança mensal dos Créditos dentro do prazo de vencimento quanto a cobrança amigável dos Créditos devidos e não pagos no vencimento. O Banco BMG assumirá todas as responsabilidades pelo desempenho de suas atividades como fiel depositário e agente cobrador.

Por fim, o Contrato de Custódia tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo.

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, a ser celebrado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Custodiante como interveniente, o Cedente cederá e transferirá Créditos ao Fundo, incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que o representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

O Contrato de Cessão não obriga as partes a ofertar, ceder, ou adquirir quaisquer Créditos.

O preço de cessão dos Créditos será calculado de acordo com a fórmula especificada em seu item 2.1.

O Cedente poderá ceder ao Fundo quaisquer Créditos, ao longo do prazo de duração do Fundo, devendo ser observado o seguinte procedimento, bem como o disposto no item 3.1 do Contrato de Cessão:

- i) o Cedente, observado o item 1.1.1 do Contrato de Cessão, enviará ao Custodiante arquivo eletrônico contendo informações sobre os Créditos que deseja ceder ao Fundo (“Lista de Créditos”); o envio do arquivo eletrônico caracterizará oferta, irrevogável e irretratável, de cessão dos Créditos pelo Cedente ao Fundo;
- ii) a Instituição Administradora informará, mediante preenchimento de boletagem eletrônica de aquisição de direitos creditórios disponível no *site* “www.itaucustodia.com.br”, o volume de recursos do Fundo disponíveis para aquisição de Créditos, caracterizando-se a aquisição, pelo Fundo, dos Créditos

elegíveis constantes da Lista de Créditos respectiva, observado o item 1.1.2 do Regulamento; e

- iii) após o recebimento do arquivo eletrônico e verificação de quais Créditos atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante deixará à disposição do Cedente e da Instituição Administradora, em meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Créditos objeto de aquisição pelo Fundo, individualmente identificados e seu respectivo valor de aquisição (o “Relatório do Custodiante”).

A cessão de Créditos será formalizada por meio da assinatura de instrumento que os descreva e que descreva os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo indicado no Anexo III do Contrato de Cessão (“Termo de Cessão”).

Uma vez celebrado o Termo de Cessão, este e seus anexos serão considerados parte integrante do Contrato de Cessão, e o Fundo pagará ao Cedente o valor dos Créditos.

Os montantes referentes à contraprestação pelos Créditos cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente de sua titularidade, conforme os seguintes prazos:

- i) no próprio dia do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via original devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo, desde que tal recebimento ocorra até as 16:00 horas; ou
- ii) no primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via original devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo, caso tal recebimento ocorra após as 16:00 horas; ou
- iii) alternativamente, no próprio dia útil do recebimento do fax ou correio eletrônico contendo cópia do Termo de Cessão assinado, e desde que o recebimento ocorra até as 16:00 horas. Caso o recebimento ocorra após o referido horário, o pagamento ocorrerá no dia útil seguinte.

O Cedente dos Créditos terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Crédito inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do Crédito inadimplido.

O Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das cotas seniores do Fundo (“Cotas Seniores”) a:

- i) não tomar a iniciativa de alterar o convênio celebrado com o INSS (“Convênio/INSS”) ou os convênios celebrados com as Forças Armadas ou quaisquer dos Entes Federativos (“Convênios/Entes”) e informar imediatamente à Instituição Administradora (a) de qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida dos Consignantes relacionada à manutenção do Convênio/INSS ou dos Convênios/Entes e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo Cedente; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos do Convênio/INSS ou dos Convênios/Entes; e (c) qualquer alteração ao Convênio/INSS ou dos Convênios/Entes por iniciativa dos Consignantes;
- ii) cumprir seus deveres legais e contratuais que são requisitos para que o Desconto em Benefício e o Desconto em Folha de Pagamento continuem sendo efetuados;
- iii) não realizar qualquer ato ou procedimento com o intuito de fazer com que os Consignantes creditem valores relativos aos Créditos cedidos ao Fundo em contas correntes diversas das indicadas no Convênio/INSS e nos Convênios/Entes (incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes);
- iv) não pedir ou autorizar o cancelamento do Desconto em Benefício ou do Desconto em Folha de Pagamento relativo aos Contratos de Empréstimo cujos respectivos Créditos sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos;
- v) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a R\$10.000.000,00 ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir (a) o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato; e/ou (b) as cessões de Créditos;

- vi) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$10.000.000,00;
- vii) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a R\$10.000.000,00;
- viii) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- ix) enviar aos INSS todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos do Convênio/INSS, incluindo aquelas necessárias ao Desconto em Benefício;
- x) enviar aos Entes Federativos todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos dos Convênios/Entes, incluindo aquelas necessárias ao Desconto em Folha de Pagamento;
- xi) informar mensalmente à Instituição Administradora, por meio eletrônico, os respectivos valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- xii) comunicar imediatamente ao Custodiante e à Instituição Administradora qualquer atraso no repasse, pelos Consignantes, de recursos consignados em folha de benefícios em razão de Contratos de Empréstimo;
- xiii) enviar à Instituição Administradora as informações a serem por esta encaminhadas à Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil, nos termos previstos pela legislação aplicável, acerca dos Créditos adquiridos do Cedente pelo Fundo;
- xiv) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer alteração nos procedimentos de cobrança e transferência de recursos em vigor na data deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, aos procedimentos operacionais com a Caixa; e

- xv) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos nas cláusulas 10 e 11 do Contrato de Cessão.

São considerados eventos de revisão (“Eventos de Revisão”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) modificação do controle acionário do Cedente;
- ii) caso o Convênio/INSS, os Convênios/Entes ou as autorizações específicas permitindo o Desconto em Benefício ou o Desconto em Folha de Pagamento sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos;
- iii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 do Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iv) comprovação de que o Cedente tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo Créditos em desacordo com os critérios definidos no item 3.1 do Contrato de Cessão;
- v) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- vi) caso o Cedente, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

- vii) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- viii) caso o Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- ix) caso seja ajuizada contra o Cedente, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00;
- x) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- xi) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Créditos de titularidade do Cedente;
- xii) não atendimento de Excesso de *Spread* mínimo calculado conforme estabelecido no Regulamento.
- xiii) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 2 dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no item 24.2.1 e seguintes do Regulamento.

São considerados eventos de resilição quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) realização, pelo Cedente, de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 3.7 do Contrato de Cessão sem a expressa autorização prévia, por escrito, do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens 3.7.1 e 5.5 do Contrato de Cessão;
- ii) ocorrência de qualquer evento de liquidação antecipada, previsto na cláusula 24 do Regulamento;
- iii) caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 24.2 do Regulamento, constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo; ou
- iv) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.

Na ocorrência de quaisquer dos eventos de resilição, o Contrato de Cessão poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, observados os procedimentos previstos no Regulamento.

É vedada a resilição imotivada do Contrato de Cessão pelo Fundo. Contudo, desde que o Cedente se encontre adimplente em relação a todas as suas obrigações, nos termos do Contrato e Cessão e dos demais documentos relacionados ao Fundo dos quais seja parte, poderá ele, a qualquer tempo, resilir o Contrato de Cessão, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão. A resilição deverá ser comunicada à Instituição Administradora e ao Custodiante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

Por fim, o Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

O Contrato de Cessão é reproduzido no Anexo IV ao presente prospecto. Recomenda-se, ainda, a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco”, seção “Riscos Específicos”, subseções “Riscos Operacionais”, “Riscos de Descontinuidade” e “Riscos da Originadora”; e seção “Outros” do presente prospecto.

Contrato de Distribuição

Nos termos do Contrato de Distribuição, celebrado entre a Instituição Administradora, o Banco BMG e a Instituição Intermediária, as Cotas Seniores serão distribuídas publicamente pela Instituição Intermediária, no mercado de balcão, sob regime de garantia firme e de melhores esforços.

A totalidade das Cotas Seniores será colocada publicamente pela Instituição Intermediária, sob o regime de melhores esforços, de modo que a Instituição Intermediária não estará obrigada, por qualquer forma, a subscrevê-las, e sendo cancelado pela Instituição Administradora o eventual saldo não subscrito.

O Contrato de Distribuição estabelece que a distribuição pública das Cotas Seniores será realizada pela Instituição Intermediária de acordo com o disposto abaixo:

- i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terão início após: (a) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; e (b) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo;
- ii) a colocação será pública, realizada em mercado de balcão, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta;
- iii) a colocação visará exclusivamente a Investidores Qualificados;
- iv) não serão constituídos fundos nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores;
- v) as Cotas Seniores sujeitas ao regime de melhores esforços de subscrição e colocação somente poderão ser colocadas após haverem sido totalmente colocadas as Cotas Seniores sob o regime de garantia firme, e deverão ser colocadas até 24 de novembro de 2006, data em que se encerra o prazo máximo regulamentar para sua distribuição; serão canceladas as Cotas Seniores que, objeto de melhores esforços

de colocação, eventualmente não venham a ser colocadas ao término do prazo referido neste item;

- vi) o valor mínimo da aplicação no Fundo será de R\$25.000,00 , nos termos do Regulamento;
- vii) a integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição; e
- viii) a integralização das Cotas Seniores somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente indicada pelo Fundo ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

A Instituição Intermediária poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Banco BMG em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Banco BMG, aos Créditos e aos procedimentos de cobrança de tais Créditos.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Intermediária; e (ii) receberá exemplar do Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto.

O Contrato de Distribuição poderá ser resolvido, por qualquer uma das partes, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais, salvo o ressarcimento pelo Banco BMG das despesas até então incorridas pela Instituição Intermediária, ressalvado o disposto na Cláusula 11 do Contrato de Distribuição, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- i) imposição, pela CVM, de exigências de tal ordem que dificultem ou tornem impossível o registro do Fundo perante a CVM;
- ii) ocorrência de eventos novos de natureza política, econômica ou financeira, em qualquer país, que possam causar influência no mercado de capitais brasileiro,

imprevisíveis ou inevitáveis e que tornem desaconselhável a qualquer das partes o cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Distribuição;

- iii) ocorrência de modificações de normas legais ou regulamentares relativas ao mercado de capitais nacional que venham a, por qualquer forma, alterar as condições de mercado, tornando desaconselhável ou inviável a realização da distribuição das Cotas Seniores;
- iv) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre a operação de que trata o Contrato de Distribuição, ou aumento das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do referido contrato, que tornem desaconselhável ou inviável a realização da distribuição das Cotas Seniores;
- v) modificações regulatórias nos critérios de composição da carteira dos potenciais investidores do Fundo que venham a, por qualquer forma, alterar a disponibilidade de recursos de tais investidores para a aquisição de Cotas Seniores;
- vi) ocorrência de eventos de força maior que tornem inviável ou desaconselhável a distribuição das Cotas Seniores; e
- vii) ocorrência de alteração material adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais do Banco BMG.

O Contrato de Distribuição é irrevogável e irretratável, podendo, no entanto, ser resilido pelo Banco BMG, mediante comunicação por escrito às demais partes, com antecedência mínima de 10 dias.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional; os títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no Anexo IX do Regulamento.

O valor de mercado dos direitos creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos direitos creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os direitos creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os direitos creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e

- v) todos os cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os direitos creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com direitos creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil (“COSIF”).

Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe

As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo IX do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

ASSEMBLÉIA GERAL

Competência

É da competência da assembléia geral de cotistas do Fundo:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- v) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; e
- vi) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos do Regulamento.

Procedimento de Convocação

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de condôminos possuidores de cotas que representem, no mínimo, 5% do total das cotas emitidas.

A convocação da assembléia geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembléia e os assuntos a serem tratados.

A convocação da assembléia geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos.

Não se realizando a assembléia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos, com antecedência mínima de 5 dias.

Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a assembléia geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os condôminos.

Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos condôminos presentes, observado o disposto no Regulamento

Nomeação de Representante dos Condôminos

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos;

- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos deste item não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

Os Cotistas Seniores e Subordinados terão direito a voto nas matérias indicadas no item 21.1 do Regulamento, observado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas no item 21.1 do Regulamento, números (iii) a (v), serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

As deliberações que, por qualquer modo, alterem os direitos de uma ou mais classe de cotas, em especial as referentes a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, amortização e resgate de cotas, taxas devidas à Instituição Administradora, bem como direito de voto de cada classe, estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das cotas da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Para fins do disposto acima, define-se “Cotas Seniores em Circulação” a totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao Cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.

Somente podem votar nas assembléias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das assembléias gerais de cotistas caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer assembléia geral de cotistas.

Não terão direito a voto na assembléia geral de cotistas a Instituição Administradora e seus empregados.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 21.2.1 do Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, ao término do seu prazo de duração, definido na cláusula 3 do Regulamento. Neste caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 19.4.1 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores de qualquer Série por mais de dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos da cláusula 8 do Regulamento;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;

- v) inobservância pelo cedente e/ou Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco BMG não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 10 do Regulamento;
- vii) inobservância dos Limites de Concentração mínimos e máximos por Consignante, por período superior a 5 dias úteis consecutivos;
- viii) inobservância, por 5 dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Banco BMG não responda ao Aviso de Desenquadramento ou ainda na hipótese de o Banco BMG não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 15.3.2.1 do Regulamento;
- ix) não pagamento, nas Datas de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior de cada Série;
- x) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- xi) rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- xii) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- xiii) renúncia do Custodiante;
- xiv) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xv) ocorrência de qualquer dos eventos de revisão, previstos no Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo:

- xvi) não constituição da Reserva de Pagamento e da Reserva de Despesas e Encargos nos termos deste Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 18.1 e 20.4 do Regulamento para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos e/ou 10 dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;
- xvii) inadimplência da carteira de direitos creditórios do Fundo, com relação a atrasos superiores a 30 dias, superior a 3% na média móvel dos 3 meses anteriores ou superior a 5% no período de 1 mês;
- xviii) caso, em 3 (três) Datas de Verificação, consecutivas ou alternadas, o percentual do volume de direitos creditórios cujos contratos tenham sido objeto de refinanciamento ou renegociação, no mês, seja superior a 10% do saldo da carteira de direitos creditórios calculado em relação ao mês anterior, ou o percentual do volume de direitos creditórios cujos contratos tenham sido pré-pagos ou pagos antecipadamente seja superior, no mês, a 10% do saldo da carteira de direitos creditórios calculado em relação ao mês anterior;
- xix) não subscrição, por qualquer motivo, pelo Banco BMG, uma vez decorrido o prazo de que trata a cláusula 15.3.2 do Regulamento, de tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e cotas seniores mencionada na cláusula 15.3.1 do Regulamento;
- xx) se houver rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os direitos creditórios, se houver, e não tenha sido deliberado pelos cotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo;
- xxi) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez, conforme definido na cláusula 18.6 do Regulamento e (a) tal evento não seja sanado ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos neste Regulamento, até a data de verificação seguinte à data de verificação em que se verificar o tal desenquadramento

- xxii) ocorrência de quaisquer hipóteses de performance de inadimplência, calculadas em relação à carteira de Direitos Creditórios do Fundo, definidas como:
 - a) atrasos 1 a 30 dias, superiores a 15%;
 - b) atrasos 31 a 120, dias superiores a 10%;
 - c) atrasos 121 a 180, dias superiores a 3%; e
 - d) valores vencidos e não pagos há mais de 180 dias, superiores a 2%.
- xxiii) caso o total de despesas e encargos do Fundo, ocorrido em qualquer mês calendário, seja superior a 1% (um por cento), após o período de 90 dias contado da primeira Data de Subscrição Inicial, calculado sobre o patrimônio líquido do Fundo do último dia útil do mês em questão.
- xxiv) inobservância da constituição e manutenção da Reserva de Liquidez definido no item 9.4.2 do Regulamento;
- xxv) caso o “índice de Basiléia” do Banco BMG fique abaixo de 11%, conforme valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, informados mensalmente à Instituição Administradora
- xxvi) inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido no item 25 do Regulamento, excetuada a hipótese de amortização das Cotas Subordinadas antes da amortização das Cotas Seniores, que constituirá Evento de Liquidação Antecipada, conforme previsto no item 24.3 (viii) do Regulamento;
- xxvii) cancelamento e/ou não renovação do convênio do BMG com o INSS;
- xxviii) inobservância do limite mínimo de 3.50% (três e meio por cento) de Excesso de Spread, calculado como:

$$ES = \left[\frac{TPA_T}{100} - \frac{B_T \times \left(\frac{TAXADI_T}{100} \right) \times VQSC}{PL_T} \right] \times 100 - (1\% / PL)$$

onde:

“TPA” é a taxa ponderada do ativo, calculada diariamente pelo Gestor e informado à Instituição Administradora, com base nas informações e taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo, obtidas junto ao Custodiante. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo;

“B” “Benchmark” (108% da variação percentual diária do CDI);

“Taxa DI” é o valor da Taxa DI para o dia útil imediatamente anterior à data de apuração do Excesso de Spread;

“VQSC” é o somatório do valor de todas as Cotas Seniores em circulação;

“T” dia útil imediatamente anterior à data de apuração do Excesso de Spread.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de direitos creditórios, suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de cotas subordinadas ainda em aberto, se houver, e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 21 do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo.

Caso a assembléia geral de que trata o parágrafo acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o item 21 do

Regulamento, devendo a assembléia geral deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de direitos creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na Assembléia Geral.

O direito do Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na referida assembléia geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida assembléia geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação Antecipada

Será convocada assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas (“Eventos de Liquidação”):

- i) impossibilidade de aquisição de direitos creditórios que preencham os critérios de elegibilidade especificados no item 10.1 do Regulamento;
- ii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente; da Instituição Administradora ou do cedente e/ou Agente de Cobrança;
- iii) não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas no Regulamento;

- iv) resilição do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- vi) na hipótese de a assembléia geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- vii) resilição ou rescisão do Contrato de Cessão de Créditos ao Fundo; e
- xix) inobservância do disposto no item 17.2 (i) do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de direitos creditórios.

Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a assembléia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Dissidentes o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 dias contados da data da assembléia geral e as respectivas cotas não serão resgatadas em Créditos. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 19.4.1 do Regulamento.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

Caso a assembléia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais direitos creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 300.000,00, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de direitos creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no item 24 do Regulamento.

De acordo com o disposto no item 14 do Regulamento, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto no item 24 do Regulamento.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de direitos creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 24 do Regulamento, o

Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor exigível dos direitos creditórios.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a assembléia geral de condôminos deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos direitos creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas do Fundo ainda em circulação.

Na hipótese de a assembléia geral de condôminos referida no item anterior não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os direitos creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais direitos creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de direitos creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 24.8.5 do Regulamento, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos direitos creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias

(contado da notificação referida no item 24.8.6 do Regulamento), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos direitos creditórios e Documentos Comprobatórios ao mesmo. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos direitos creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item “Taxas” acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;

- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora. Correrão também por conta da Instituição Administradora as despesas com a verificação prevista no item 7.5 do Regulamento.

Reserva de Despesas e Encargos

A Instituição Administradora deverá manter, conforme orientação do Gestor, reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo (“Reserva para Despesas e Encargos”). A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a taxa de administração.

As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizados na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, conforme orientação do Gestor, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 20.4 do Regulamento, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos direitos creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Direitos creditórios inadimplentes, recompra facultativa e aporte adicional de recursos para fazer frente a despesas de cobrança

Os direitos creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

O Cedente dos direitos creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer direito creditório inadimplente, a partir de 5 dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do direito creditório inadimplido.

Os direitos creditórios não adquiridos na forma descrita no parágrafo acima permanecerão sujeitos à cobrança pelo Agente de Cobrança, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. O Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos direitos creditórios inadimplidos junto aos respectivos clientes, bem como promover a cobrança judicial de qualquer direito creditório inadimplido, após o 10º dia corrido contado do vencimento do direito creditório inadimplido em questão.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios e dos ativos financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de direitos creditórios e ativos financeiros.

O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos cotistas do Fundo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios e dos ativos financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembléia geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento ou na referida assembléia geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo anterior; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus direitos creditórios e ativos financeiros.

Ordem de Aplicação dos Recursos

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) re-enquadramento das contas de Reserva de Pagamento, Reserva de Liquidez e Reserva de Despesas e Encargos;
- iv) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- v) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, serão alocados na seguinte ordem:

- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, exceto quanto ao pagamento da remuneração devida à Agência Classificadora de Risco;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) no pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco; e
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de cotas do fundo, as seguintes informações:

- i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
- ii) a data da primeira integralização de cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado. Tais demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido no item 23 do Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) agência(s) classificadora(s) de risco contratada(s) pelo Fundo. A divulgação de tais informações pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do art. 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das cotas do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de maio de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 3º dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
- iv) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- v) o comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração de Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- ii) incorporação;
- iv) fusão;

- v) cisão; e
- vi) liquidação.

Correio Eletrônico

Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora e os condôminos.

PUBLICAÇÕES

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “O Dia”, edição da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCs

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios foram criados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (com as alterações dadas pela Instrução nº 393, 22 de julho de 2003, da CVM) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

ATENDIMENTO AO COTISTA

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas questão poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora, em suas respectivas sede. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson 231 11º - Centro.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO BMG S.A.

Histórico

O Grupo BMG tem se destacado no cenário econômico brasileiro como organização sólida, cujos princípios operacionais marcam a firmeza e a segurança da estrutura.

Sua vocação para atuação na área financeira tem origem na fundação do Banco de Crédito Predial, em 1930, na cidade mineira de Belo Horizonte, pela família Guimarães. Em 1936, com seu nome alterado para Banco de Minas Gerais, deu início à diversificação de suas atividades, por meio da participação ou criação de empresas de alto potencial de desenvolvimento.

Hoje, o Grupo BMG, que tem no Banco BMG o seu braço financeiro, está presente no mercado com empresas próprias nos setores imobiliário, industrial, agropecuário e de serviços.

Abaixo estão alguns indicadores relativos ao Banco BMG referentes aos últimos 5 exercícios sociais encerrados (patrimônio líquido – P.L., lucro líquido – L.L., retorno sobre capital próprio – ROE e captação):

	2001	2002	2003	2004	2005
Patrimônio Líquido	240,4	303,0	332,0	536,6	803,7
Lucro Líquido	45,2	85,3	90,2	275,3	382,8
ROE	18,8%	28,1%	27,2%	51,3%	47,6%

O saldo de recursos captados pelo Banco BMG ao final do exercício de 2005 foi de R\$7,3 bilhões, sendo:

- i) 9,2% em depósitos a prazo e interfinanceiro junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas;
- ii) 14,0% através de FIDCs, líquidos de cotas subordinadas;
- iii) 55,1% via cessões de créditos realizados com parcerias e outros bancos;;

- iv) 19,9% através de captações externas; e
- v) 1,8% em outras captações.

Grupo BMG

A atuação do Grupo BMG na área financeira é sustentada por três empresas:

- i) Banco BMG S.A;
- ii) BMG Leasing Arrendamento Mercantil S.A.; e
- iii) BMG Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Negócios do Banco BMG

O Banco BMG é o 26º maior banco em termos de ativos totais (cedidos + próprios), conforme dados apurados em 2005. Atua principalmente com operações de crédito consignado, sendo um dos bancos que mais operam nesse segmento. Dos ativos totais do Banco BMG em 31 de dezembro de 2005 (R\$9,4 bilhões), 74,7% correspondem a operações de crédito para pessoas físicas. Dos R\$7,3 bilhões em ativos de crédito, 90,5% são referentes a operações de crédito consignado.

No mercado de crédito consignado, o Banco BMG é líder de mercado e tido como referência pelos seus principais concorrentes. O Banco BMG detém aproximadamente 28,9% do mercado de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS. Desde o início das atividades em referido mercado, o BMG fez até março de 2006 R\$3,8 bilhões em operações, de um total de R\$13,3 bilhões de operações feitas (Fonte - DATAPREV; Base Mar/06).

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados V”

REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados V”

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados V”

RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados V”

MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição de Cotas do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados V”

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BMG RELATIVAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2005